O registro da classe social em estudos de conjuntura

Luiz Antônio Cunha *

1. Introdução; 2. As concepções de estrutura social; 3. As dimensões da estratificação na concepção gradualista; 4. As escalas de prestígio ocupacional; 5. A escala de Hutchinson; 6. Conclusão; 7. Escala de prestígio ocupacional de Hutchinson.

1. Introdução

Uma das preocupações mais freqüentes dos pesquisadores das conexões entre a conjuntura educacional e a conjuntura social mais abrangente é, sem dúvida, a identificação dos destinatários dos processos educacionais como meio de caracterizar esses processos pelo tipo de pessoas neles envolvido.

Nesse sentido, a identificação da classe social de onde provêm os destinatários dos processos educacionais impõe-se como uma das caracterizações mais relevantes, devido ao debate — sempre aceso e cada vez mais vigoroso — a respeito do desempenho pela educação, principalmente pela educação escolar, das funções de discriminação e/ou de indução de mobilidade social vertical.

Assim é que, temos constatado a multiplicação de estudos, em particular de dissertações acadêmicas, que pretendem caracterizar os destinatários de certos processos educacionais, principalmente registrar sua classe social de origem. A forma mais freqüente pela qual a classe social tem sido registrada é pela medida do *nível socioeconômico* (*status*), principalmente pelo uso da escala de prestígio ocupacional de Hutchinson.

* Professor do Instituto de Estudos Avançados em Educação (IESAE), da Fundação Getulio Vargas.

Sem embargo da relevância da preocupação constatada, é possível apontar a persistência de graves problemas teóricos e práticos, alguns dos quais pretendemos explanar neste texto.

Nosso objetivo é o de apresentar um quadro de referência que permita a localização teórica do procedimento técnico de medida do *nível socioeconômico* (*status*) e, em seguida, apresentar e comentar as dificuldades técnicas de utilização da escala de Hutchinson. Concluímos o texto com a apresentação de algumas sugestões que possam guiar os pesquisadores no sentido da superação daqueles problemas sem, entretanto, chegarmos a propostas alternativas acabadas.

2. As concepções de estrutura social

Há, basicamente, três maneiras pelas quais as diferenças sociais entre os homens são por eles percebidas.[1] Dito de outro modo, são três os modos pelos quais a estrutura social aparece na consciência social, em diferentes épocas e sistemas sociais: a concepção dicotômica, a concepção funcionalista e a concepção gradualista.

Esses modos de percepção não são, entretanto, exclusivos, e têm existido sínteses mais ou menos complexas, assumidas, de algum modo, pelas teorias sociológicas.

Vamo-nos deter na apresentação das três concepções básicas, pois são suficientes para a visualização da imagem da diferenciação social de onde emerge a questão do registro da classe social em termos de nível *socioeconômico* (*status*).

2.1 *A concepção dicotômica*

A concepção dicotômica consiste em representar a sociedade como dividida em dois grupos principais, um situado "acima" e outro situado "abaixo". Passamos a comentar os significados distintos da dicotomia "acima-abaixo".

[1] Baseamos esta explanação em Ossowski, Stanislau. *Estrutura de classes na consciência social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1964.

Cada significado da dicotomia corresponde a uma categoria de privilégio da camada (ou classe) superior; os governantes e os governados, ou os que dão as ordens e os que obedecem; os ricos e os pobres; os que trabalham e os que se beneficiam do trabalho dos outros.[2] Essas três categorias de significados, entretanto, não são excludentes mas estão freqüentemente inter-relacionadas. O fato de uma classe trabalhar para outra é percebido como resultado do fato de a classe que se beneficia do trabalho ser governante ou ser proprietária dos meios de produção, podendo haver, também, concepções que identificam estes dois atributos.

A concepção dicotômica da estrutura social baseia-se numa relação assimétrica de dois termos, onde um lado é privilegiado à custa do outro, relação essa que é generalizada para toda a sociedade. Isso significa que a relação não explica apenas as transações de certos indivíduos ou certos grupos, mas que permeia as transações de *todos* os indivíduos e grupos.

Há condições objetivas que favorecem o surgimento das concepções dicotômicas. Numa sociedade escravista ou feudal é mais provável o surgimento dessa concepção do que naquelas onde o trabalho é livre. Mas, mesmo nestas, quando há um antagonismo de interesses mais aguçado, verifica-se uma tendência de minimizar as graduações de poder e riqueza existentes em proveito da percepção de duas classes superpostas. Essa "dicotomização" da percepção da estrutura de classes é usada para aumentar o contraste entre as diferenças perceptíveis e, em conseqüência, facilitar a denúncia da ordem social pelas classes desprivilegiadas.

A percepção da estrutura social, segundo a concepção dicotômica, é muito antiga, podendo ser encontrada nos textos bíblicos e no pensamento social da Idade Média (em Santo Agostinho, por exemplo). Ela está presente, também, no pensamento de numerosos reformadores sociais e líderes revolucionários dos séculos XIX e XX.

[2] Esses pares dicotômicos assumem, freqüentemente, conotações diferentes pelo uso dos termos "classe dominante"/"classe dominada", "classe proprietária"/"classe sem propriedade", "exploradores"/"explorados", "classe ociosa"/"classe trabalhadora" etc.

2.2 *A concepção funcionalista*

Segundo este tipo de concepção, a sociedade é percebida como sendo dividida em certo número de classes que diferem entre si de acordo com as funções desempenhadas por cada qual. As funções de cada classe, sendo distintas, acarretam relações definidas entre elas, que podem ser essenciais umas às outras, como o são diversos grupos profissionais. É o esquema da harmonia. Pode haver, também, um esquema funcional de conflito, o qual destaca a incompatibilidade conjuntural dos interesses das classes sociais, em todo o caso, harmonizáveis.

Concepções desse tipo existiam na sociedade das castas da Índia. Cada casta era tida como oriunda de uma parte do corpo do herói mitológico e essa origem indicava a desejável harmonia entre as castas: os brâmanes, oriundos da cabeça, oravam e ensinavam a todos; as xátrias, oriundos dos braços, combatiam por todos; os vaixás, provenientes das pernas, comercializavam por todos; e os sudras, saídos dos pés, serviam a todos.

Essa analogia corpórea foi empregada por Menêmio Agripa, patrício romano em 503 a.C., encarregado da repressão a uma revolta de escravos. Tentando convencê-los a abandonar suas posições, contou-lhes uma parábola onde certos órgãos do corpo se revoltaram contra o estômago provocando a ruína de todo o organismo.

Na Europa da Idade Média, eram comuns as concepções funcionalistas de inspiração religiosa, onde a "humanidade" era vista como sendo dividida em três partes: os que oram (os sacerdotes), os que defendem o país (os nobres) e os que trabalham (os servos).

Adam Smith formulou, no século XVIII, uma concepção funcionalista para a nascente sociedade capitalista que alcançou grande popularidade no século seguinte. As três classes fundamentais eram os proprietários da terra, os proprietários de títulos e os trabalhadores. Cada uma delas tinha um papel próprio e complementar no funcionamento da economia, necessário devido às próprias diferenciações da vida econômica.

Na concepção dicotômica, as classes se diferenciam conforme uma relação unilateral de dependência. Na concepção funcionalista, entretanto, a dependência não é unilateral, mas mútua. Há uma interdependência.

Mas não é a função desempenhada por um indivíduo qualquer na vida social que vai determinar sua pertinência a um grupo endogâmico qualquer, casta ou estamento. É o contrário. É justamente o fato de pertencer a um estamento determinado que sua função é uma e não outra.

Mas, se é o fato de pertencer ao estamento que explica qual é a função de um indivíduo, não é a inferioridade das funções dessa camada que vai explicar a inferioridade do estamento. Um estamento é inferior porque é composto de indivíduos inferiores. Assim a ideologia brâmane define os sudras como "decaídos" na vida anterior, em oposição à sua própria qualidade de "elevados". A maldição hamita, contida no *Gêneses,* foi empregada na Europa medieval para explicar a situação dos servos como descendentes de Ham, condenados por Noé a servirem os descendentes de seus irmãos.

Ao contrário da concepção dicotômica, a concepção funcionalista presta-se à legitimação da ordem social, não pela tentativa de mostrar que as desigualdades são inexistentes, mas que sua existência é necessária e "natural".

2.3 *A concepção gradualista*

A percepção das classes sociais conforme a concepção gradualista define-se em função das relações de cada uma com as demais. Mas, ao contrário de outras concepções, já expostas, essas relações não são definidas como produto da dependência mútua ou unilateral entre grandes segmentos sociais mas apenas como resultado de uma ordenação de indivíduos. A definição de cada classe resulta da "quantidade" de um certo valor possuído pelos indivíduos que a elas pertencem. As classes sociais estão, deste modo, dispostas numa escala graduada, ocupando posições que definem suas relações com as demais: uma tendo mais ou menos valor que a outra.

Este valor pode ser a riqueza dos indivíduos. É a quantidade da riqueza (expressa em renda ou propriedade, conforme o caso) possuída pelos indivíduos que determina a sua localização em uma ou outra classe; e é a riqueza relativa dos indivíduos de uma classe que a posiciona em relação às demais.

Este é o esquema de graduação *simples,* onde apenas um tipo de valor, uma única dimensão, é responsável pela ordenação das classes sociais. Existe, também, o esquema de graduação *sintética* onde dois ou mais tipos de valores, duas ou mais dimensões, determinam um valor composto que é, então, o responsável pela ordenação.

O esquema de graduação sintética baseia-se no suposto de que a posição social é determinada por dois ou mais fatores (ou valores) que são, até certo ponto, intercambiáveis: uma reduzida educação ou o nascimento numa classe inferior podem ser compensados pelo acúmulo "adequado" de riqueza; a insuficiência de renda, por sua vez, pode ser compensada pela alta educação ou ascendência prestigiosa. Esses diferentes valores são incomensuráveis mas são avaliados, já de um modo sintético, pelos participantes de um certo meio social.

A concepção gradualista presta-se, como a concepção funcionalista, à legitimação da ordem social, mas de modo diverso. Se aquela reconhece desigualdades, sancionando-as, os esquemas de graduação (simples ou sintética) tendem a diminuir a acuidade na percepção das diferenças de classe, enfatizando a *continuidade* no sistema. Assim fazendo, estes esquemas dissolvem o próprio conceito de classe social que, em todos os casos, deriva das proposições axiomáticas a respeito das desigualdades que *separam* os indivíduos, *unindo-os* em um *continuum.*

A compreensão das diferentes concepções de estrutura social permite identificar a confusão, algo freqüente, entre os *conceitos* usados para definir um caso particular de estrutura de classes e os *indicadores empíricos* empregados para a sua apreensão. Na literatura sociológica brasileira vale destacar o caso da excelente tese de Marialice Foracchi sobre origem social, ideologia e prática po-

lítica do estudante universitário brasileiro.[3] A autora usa uma concepção básica dicotômica para descrever a estrutura de classes, do tipo burguesia/proletariado posteriormente diferenciada numa tricotomia com a inclusão da categoria pequena burguesia. Mas, quando a autora procura a origem social dos estudantes da universidade analisada, utiliza uma escala (a de Hutchinson, por sinal) somente inteligível numa concepção gradualista.[4]

Expostas as principais concepções de estrutura social, vamos focalizar apenas a gradualista a fim de determinar como o prestígio ocupacional é definido como uma das dimensões que definem as classes sociais.

3. As dimensões da estratificação na concepção gradualista

Lipset e Zetterberg[5] apresentam um quadro interpretativo da estratificação social que pode ser tomado como um bom exemplo de uma concepção gradualista sintética.

Partem da proposta de Parson[6] de que o único meio de se entender a estratificação é concebê-la como o escalonamento de unidades (indivíduos) num sistema social de acordo com os padrões do sistema comum de valores. Essa proposta conduz ao reconhecimento de diversas estratificações superpostas.

As estratificações ou escalonamentos mais importantes são apresentados a seguir.

3.1 *Escalonamento de ocupações*

As ocupações que têm, aproximadamente, a mesma posição numa escala de prestígio podem ser chamadas de uma *classe ocupacional.*

[3] Foracchi, Marialice M. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira.* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1965.

[4] Sobre os critérios utilizados por Foracchi, consultar Martins, H. T. Souza. Movimento estudantil e reforma universitária. *Contexto,* São Paulo, v. 1, nov. 1976.

[5] Lipset, Seymor M. & Zetterberg Hans L. A theory of social mobility. In: Bendix, Reinhard & Lipset, Seymor M., orgs. *Class, status and power.* New York, The Free Press, 1966.

[6] Parsons, Talcott. *Essays in sociological theory.* Glencoe, The Free Press, 1954.

Cada classe ocupacional difere socialmente das outras pelo prestígio que aufere, não pela atividade que lhe é própria.

3.2 *Escalonamento de consumo*

As pessoas cujo estilo de vida aufere aproximadamente o mesmo prestígio são consideradas como constituindo uma *classe de consumo.*

Para a construção da escala da classe de consumo, a renda total auferida não é um bom índice, embora seja, obviamente, o limite da classe de consumo para uma pessoa. É o *modo* como a renda é gasta, mais do que o seu montante, o que determina a classe de consumo de alguém. O seu melhor índice operacional é a qualidade de renda gasta em propósitos prestigiosos ou culturais.

3.3 *Escalonamento de reconhecimento social*

A sociedade é composta de grupos de indivíduos que se aceitam mutuamente como iguais e qualificados para uma associação mútua. Cada um desses grupos é uma *classe de reconhecimento social.*

As pessoas podem mudar sua classe ocupacional pela troca de trabalho, mas só poderão mudar sua classe de reconhecimento social se forem admitidas em relações íntimas por aquelas que já possuem os requisitos de uma posição mais elevada.

3.4 *Escalonamento de poder*

Algumas relações padronizadas na sociedade são, também, relações de autoridade ou poder, isto é, envolvem relações de dominação e de subordinação.

A extensão pela qual o papel social de uma pessoa provê os meios para impor sua versão de ordem ao sistema social pode ser escalonada como seu poder. As pessoas que têm, aproximadamente, o mesmo poder podem ser ditas como constituindo a mesma classe de poder.

4. As escalas de prestígio ocupacional

Uma escala é um padrão que nos permite classificar rapidamente os componentes de um conjunto qualquer. Um tipo de escala muito popular nos meios acadêmicos, até há poucos anos, era aquele que permitia classificar um país qualquer como "desenvolvido", "em desenvolvimento" ou "subdesenvolvido", pela comparação da sua renda por habitante com um padrão (escala). Uma escala desse tipo muito divulgada é a Kahn e Wiener, estudando a situação mundial no ano 2000:[7]

Renda por habitantes no ano 2000 (em dólares)	*Países*
50 a 200	pré-industriais
200 a 600	parcialmente industrializados ou em transição
600 a 1.500	industriais
1.500 a 5.000	industriais avançados ou de consumo em massa
5.000 a 20.000	pós-industriais.

Em geral, as escalas são utilizadas para reunir em poucas categorias ou valores os dados dispersos de um conjunto, dificilmente visualizáveis; ou, então, para facilitar os testes de verificação de variação concomitante de variáveis.[8]

Neste item, vamos tratar apenas das escalas de prestígio ocupacional, comentando as soluções usualmente empregadas para a sua construção e, em seguida, as dificuldades existentes.

4.1 *Soluções*

Na construção de escalas de prestígio ocupacional, como indicadoras de nível socioeconômico, postula-se, conscientemente ou não, a existência de padrões de consistência entre as diversas estratificações. Isso significa, por exemplo, que se um dado indivíduo ocupa

[7] Kahn, Herman & Wiener, Antony. *O ano 2000*. São Paulo, Melhoramentos, Ed. da Universidade do Estado de São Paulo, 1968. p. 91.

[8] Para um repertório de escalas, consultar Miller, Delbert. *Handbook of research design and social measurement*. New York, David McKay, 1967. pte. 3.

posição elevada no escalonamento de prestígio ocupacional, as posições ocupadas nas demais estratificações serão elevadas.

Assim, suposta a existência de um sistema comum de valores e da consistência das posições dos indivíduos nas diversas estratificações, é possível pensar-se em construir uma só escala que sirva para determinar a posição de qualquer indivíduo no grupo considerado.

Com este propósito, surgem as escalas de prestígio ocupacional como as mais utilizadas. Medindo-se o nível de prestígio ocupacional estar-se-ia medindo, simultaneamente, os níveis de consumo, de reconhecimento social e de poder. As escalas de consumo, de reconhecimento social e de poder são extremamente difíceis de serem construídas. Os padrões de consumo variam muito no tempo e de uma região para outra, mesmo considerando a mesma classe social. São, além disso, afetados por fenômenos conjunturais como a inflação a qual faz mudar o valor absoluto e relativo das rendas das classes sociais e, em conseqüência, da sua capacidade de consumo. O reconhecimento social é difícil de ser operacionalizado quando se estudam grupos de grandes dimensões como uma cidade. O mesmo acontece com o poder.

4.2 *Dificuldades*

Vamos comentar em seguida, as dificuldades que existem para a construção de uma escala de prestígio ocupacional, ou de qualquer outra dimensão, como indicadora de classe social.[9] Essas dificuldades residem, justamente, nos dois pressupostos que sustentam a escala: a consistência das posições das diversas estratificações e a existência de um sistema comum de valores.

Não é uma novidade para a teoria sociológica nem para as experiências do cotidiano, a existência de indivíduos (e não poucos)

[9] Esse comentário será desenvolvido *dentro* da concepção gradualista. Se ele fosse feito *de fora*, com base na discussão dos pressupostos dessa concepção, a argumentação seria certamente outra. Para uma discussão deste tipo, consultar Stavenhagen, Rodolfo. *Estratificação social e estrutura de classes*. In: Bertelli, A. R. Palmeira, M. G. S. & Velho, O. G. C. A. orgs., *Estrutura de classes e estratificação social*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1969.

que têm alta posição num escalonamento, ao mesmo tempo em que apresentam baixa posição em outro. São situações, como no caso brasileiro atual, do professor universitário, com as mais altas posições nas escalas de prestígio ocupacional e de reconhecimento social, posição intermediária na escala de consumo e posição baixa na escala de poder. É a chamada *incongruência de status*, uma dimensão não-vertical de estratificação social.[10]

Se as situações incongruentes são relevantes, como dizem a teoria e o senso comum, um pesquisador não pode pressupor a congruência entre os escalonamentos de prestígio ocupacional, reconhecimento social, consumo e poder, utilizando um para determinar o valor da posição comum às demais, de um dado indivíduo. Além do mais, o grau em que as posições de *status* são incongruentes está altamente correlacionado como diversos fenômenos sociais, como atitudes políticas, participação social, entre outros. Ora, é freqüente que fenômenos como estes sejam objeto de investigação, quando, então, a ignorância da existência do *status* incongruente pode levar a raciocínios circulares suficientes para inutilizar todo um esforço de pesquisa.

Isso nos leva, desde já, a chamar a atenção para os problemas que envolvem a utilização de uma escala de prestígio ocupacional como indicadora da classe social.

Mas, voltemos a tratar a questão da incongruência de *status*, focalizando um exemplo concreto, o do banqueiro do jogo do bicho de uma grande cidade brasileira da atualidade. Terá ele *status* incongruentes? É possível que sim, se forem avaliados por estudantes universitários: eles verão como baixo seu prestígio ocupacional e tenderão a atribuir-lhe também baixo reconhecimento social, embora seja inquestionável a elevada renda que infere. Mas, ao contrário, é bem possível que moradores de conjuntos habitacionais da periferia urbana tendam a deslocar para cima sua posição naquelas escalas. Deste modo, no exemplo hipotético, o banqueiro do jogo de bicho teria *status* incongruentes conforme as atitudes de estudantes universitários, e congruentes pelas de mo-

[10] Para uma excelente exposição desta questão, bem como bibliografia adicional, consultar Malewski, Audrzej. *The degree of status incongruence and its effects*: In: Lipset, Seymor & Bendix, Reinhard, op. cit.

radores de conjuntos habitacionais suburbanos. Se esses julgamentos forem realizados por indivíduos de diferentes classes sociais, como o exemplo sugere, surge então, um outro problema: a existência de diferentes escalas de valores sociais, especialmente de prestígio ocupacional, conforme as classes sociais. Ora, se o objetivo é construir uma escala de prestígio ocupacional, mas classes sociais diferentes tendem a construir escalas diferentes, o problema é insolúvel. A não ser que ele seja "evitado", tomando-se como referência, apenas as ocupações das quais haja coincidência de posicionamento.[11]

Este é o segundo ponto sobre o qual gostaríamos de chamar a atenção, duvidando da possibilidade de se poder construir uma única escala de prestígio ocupacional para uma mesma sociedade.

Essas duas observações, embora feitas dentro dos marcos da concepção gradualista, evidenciam a existência de dificuldades que opõem limitações sérias à pretensão de usar escalas de prestígio ocupacional como indicadoras da classe social dos indivíduos.

Posto isso, vamos passar a comentar a tentativa de Hutchinson de construir uma escala desse tipo no Brasil.

5. A escala de Hutchinson

5.1 *Descrição*

Bertran Hutchinson, sociólogo inglês a serviço da Unesco no Brasil, junto ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (Inep), traduziu a lista de 30 nomes de ocupações, utilizada em estudo semelhante na Inglaterra, fazendo adaptações quando denominações inglesas não existiam ou não eram exatamente comparáveis às do Brasil.

Em seguida, selecionou uma amostra de 700 estudantes do primeiro ano de diversas escolas superiores da cidade de São Paulo,

[11] Seria tecnicamente impossível construir uma escala de prestígio ocupacional com todas as ocupações existentes numa sociedade complexa. Por isso, elas são construídas com algumas dezenas de ocupações, no máximo. Isso pode levar o pesquisador, desatento para esse problema, a calcular um "máximo divisor comum" tão inútil quanto enganador.

dos quais 500 compunham a amostra principal e 200 duas subamostras destinadas a estudar efeitos especiais.

Em agosto de 1955, aquela lista de ocupações foi apresentada aos informantes, aos quais foi pedido que as colocassem em ordem decrescente, "usando como critério de julgamento o prestígio que, na sua opinião, a comunidade em geral atribuía a cada ocupação".[12] Além disso, pedia-se que as ocupações fossem enquadradas em seis categorias, conforme uma classificação elaborada previamente.

De posse da ordenação efetuada pelos informantes, o pesquisador calculou a posição mediana das posições atribuídas. Essa posição mediana passou a ser a posição de cada ocupação na escala, cuja versão final apresentamos.

Em resumo, a escala compõe-se de seis níveis de prestígio ocupacional, tanto menor quanto maior o número de ordem:

Nível	*Categoria ocupacional*
1	profissionais liberais e altos cargos administrativos
2	cargos de gerência e direção
3	altas posições de supervisão, inspeção e outras ocupações não-manuais
4	posições mais baixas de supervisão, inspeção e outras ocupações não-manuais
5	ocupações manuais especializadas e cargos de rotina não-manuais
6	ocupações manuais semi-especializadas e não-especializadas.

Sua utilização seria bastante fácil. De posse das ocupações de um conjunto de indivíduos, seu nível de prestígio ocupacional seria determinado pelo enquadramento de cada ocupação na escala. Para facilitar o enquadramento, cada categoria ocupacional tem várias ocupações específicas listadas como exemplo. Se uma dada ocupação consta nos exemplos da escala, a determinação de prestígio ocupacional é imediata. Assim, a ocupação do *escriturário* consta na escala sob a categoria de nível 3. No caso de uma ocupação não constante da escala como a de *fresador,* o pesqui-

[12] Hutchinson, Bertran. *Mobilidade e trabalho.* Rio de Janeiro, MEC/Inep/CBPE, 1960. p. 20.

sador deveria procurar enquadrá-la na categoria apropriada. Poderia associar o prestígio ocupacional do *fresador* ao do *mecânico,* que consta na escala, e, assim, determinar seu nível, igual a 5.

Sendo a escala ordinal, as estatísticas que podem ser feitas com os valores do nível de prestígio ocupacional são bastante amplas: contagem de freqüência, mediana, percentis e coeficientes de correlação como o de postos de Spearman.

5.2 *Dificuldades*

Hutchinson fez um grande esforço para mostrar que o julgamento efetuado pelos informantes não dependia de sua origem social, isto é, do prestígio ocupacional do pai, medido pela própria escala.[13]

É estranho que o pesquisador não se tenha sensibilizado para o fato de que o prestígio atribuído às ocupações dependa da classe social do informante, como sugerem os dados desta amostra, composta predominante, mas não exclusivamente, de indivíduos das classes média e superior, como ele mesmo admitiu.[14]

A previsível concordância dos informantes quanto aos extremos da escala, isto é, a ocupação de mais alto (médico) e a de mais baixo prestígio (lixeiro) foi enfatizada, de modo a minimizar a importância das discordâncias sobre as demais.

Mas, mesmo que esses problemas de construção não tivessem aparecido, a prática dos pesquisadores tem evidenciado a grande freqüência com que ocorrem julgamentos subjetivos para o enquadramento das ocupações, feitos conforme o seu quadro de referência ideológica. Ocupações comuns como *piloto de avião, engenheiro, sargento do exército,* não podem ser classificadas na escala por um critério objetivo, mas apenas a partir dos julgamentos dos pesquisadores. Podemos até supor que eles efetuem julgamentos parecidos, já que são bastante semelhantes a sua origem em termos de classe social e universo cultural. Mas o que não é possível

[13] Hutchinson. op. cit. p. 21, 24, 25 e 51.
[14] ibidem, p. 25.

supor é a existência de uma pauta de valores comuns a todos os indivíduos do Brasil, na década de 70, equivalente à do meio milhar de estudantes paulistanos da década de 50 e, ainda mais, equivalente à dos pesquisadores da atualidade.

Outra dificuldade resulta da tentativa da escala de associar categorias ocupacionais resultantes do processo de divisão técnica e social do trabalho (profissionais liberais, ocupações manuais...) com níveis de prestígio. Assim fazendo, coloca numa mesma categoria/nível de prestígio um conjunto ocupacional que tem, muito provavelmente, uma ampla gama de níveis de prestígio. Por exemplo, o conjunto ocupacional *funcionário público* (nível 3 na escala) abrange cargos/ocupações dotados de níveis de prestígio diferentes, talvez mais diferentes do que as diferenças que separam as do nível 3 dos níveis vizinhos, a menos das observações já feitas acima. O mesmo pode ser dito, por exemplo, das dezenas de ocupações dos operários de uma indústria metalúrgica que, muito provavelmente, seriam associadas à de *mecânico,* nível 5, tendo, também, um espectro de prestígio de amplitude não-desprezível, a não ser que o desconhecimento do processo de trabalho nos induza a anulá-lo.

6. Conclusão

Neste texto pretendemos mostrar que há três modos pelos quais as diferenças sociais são social e teoricamente percebidas. Apenas um desses modos, a concepção gradualista da estrutura de classes sociais dá sentido à construção de escalas de prestígio ocupacional, de cuja aplicação se possa determinar, por extensão, a classe social de indivíduos. A escala de prestígio ocupacional de Hutchinson equadra-se nesse modo de percepção da estrutura de classes. Como as demais escalas de igual propósito, esta padece das mesmas dificuldades teóricas, mesmo que nossa crítica seja apenas *interna* à concepção gradualista, não analisando seus postulados principais. A primeira dificuldade é a suposição necessária, mas indefensável, da existência de um "padrão comum de valores" que daria suporte teórico e empírico à construção de uma escala de prestígio ocupacional correspondente a todos os indivíduos de uma dada sociedade. Ao contrário, insistimos no fato de que exis-

tem diversas pautas de valores, em particular de pautas de prestígio ocupacional, cada qual correspondente às classes sociais específicas, embora possa haver concordância quanto às posições de certas ocupações, por exceção. A segunda dificuldade resulta da própria utilização de escala de prestígio ocupacional como indicadora da classe social dos indivíduos, necessitando, para isso, da suposição de que os níveis de uma escala sejam congruentes com os das demais. Os estudos sobre a incongruência de *status*, como uma dimensão não-vertical da diferenciação social, não autorizam semelhante suposição.

Essas dificuldades teóricas e técnicas padecidas pela escala de Hutchinson ficam aumentadas quando se verifica ter sido ela construída a partir de uma amostra de estudantes de escolas superiores da cidade de São Paulo, há mais de 20 anos. Acreditamos não ser preciso insistir no caráter parcial dos informantes, indutor de viés nas pesquisas atuais, mesmo que as dificuldades teóricas já mencionadas não tivessem a importância apontada.

É preciso acrescentar que alguns pesquisadores têm introduzido certas modificações na escala de Hutchinson, seja agregando categorias, seja ampliando a lista das ocupações constantes de cada qual.[15] Entretanto, os comentários que fizemos a respeito da escala original continuam sendo pertinentes às dela derivadas.

Surge então, a pergunta: o que fazer?

Louvamos o interesse dos estudiosos dos processos educacionais no Brasil pela crescente atenção que tem sido dada à classe social como dimensão explicativa de muitos aspectos desse processo. Entretanto, podemos assegurar que esta não é uma questão simples. O melhor seria que esses estudiosos pudessem contar com a colaboração de sociólogos, embora reconhecendo não serem abundan-

[15] Uma versão ampliada da escala está transcrita em Guidi, Maria Lais Monsinho & Duarte, Sérgio Guerra. Um esquema de caracterização socioeconômica. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Rio de Janeiro v. 115, n. 67, jul./set. 1969. Outra versão encontra-se em Santos, Maria Aparecida dos. Origem socioeconômica dos alunos do ensino médio. In: Dias, José Augusto, org. *Ensino médio e estrutura socioeconômica*. Rio de Janeiro, Inep, 1967. p. 41-6.

tes os capazes de enfrentar problemas desse porte. Não sendo isso possível, gostaríamos de insistir na medida da renda monetária não como um indicador de classe social, mas como uma das suas conseqüências, a qual assume importância crescente na medida do desenvolvimento da sociedade capitalista em nosso país.

Entretanto, essa insistência não implica o abandono das classificações ocupacionais. Consideramos terem elas grande utilidade, desde que liberadas da pretensão de indicadores da classe social pelo prestígio auferido pelos que as desempenham. Sugerimos a construção cuidadosa, por sociólogos e economistas, de classificações ocupacionais a partir dos processos de divisão técnica e social do trabalho, com base nas características desses próprios processos, independentemente da pretensão tão fácil quanto inútil e viesada de medir o prestígio ocupacional com os fins de determinar classe social.

7. Escala de prestígio ocupacional de Hutchinson

7.1 *Profissionais Liberais e Altos Cargos Administrativos*

Médico

Advogado

Padre

Diretor-superintendente de companhia

Jornalista

Fazendeiro

7.2 *Cargos de Gerência e Direção*

Gerente comercial

Gerente de fábrica

Professor primário

Contador

7.3 *Altas Posições de Supervisão, Inspeção e Outras Ocupações Não-Manuais*

Dono de pequeno estabelecimento comercial

Funcionário público

Escriturário

Viajante comercial

Despachante

7.4 *Posições Mais Baixas de Supervisão, Inspeção e Outras Ocupações Não-Manuais*

Sitiante

Empreiteiro

7.5 *Ocupações Manuais Especializadas e Cargos de Rotina Não-Manuais*

Guarda civil

Mecânico

Balconista

Motorista

Cozinheiro — restaurante de 1.ª classe

Carpinteiro

Tratorista — agricultura

Condutor de trens

7.6 *Ocupações Manuais Semi-Especializadas e Não-Especializadas*

Garçom

Trabalhador agrícola

Pedreiro

Estivador

Lixeiro